FRONTEIRAS
REVISTA DE HISTÓRIA
OPEN ACCESS
PPGH Programa de Pós-Graduação em História
DOI: https://doi.org/10.30612/frh.v27i50.20193

A Vigilância Transnacional a João Goulart: uma Contribuição à História do Tempo Presente e da Repressão no Cone Sul

La Vigilancia Transnacional a João Goulart: una Contribución a la Historia del Tiempo Presente y de la Represión en el Cono Sur

Transnational Surveillance of João Goulart: A Contribution to the History of the Present Time and Repression in the Southern Cone

Giovana Soares
Universidade Federal Fluminense
giovanamylena@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0004-4035-3801

Vivian Zampa
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
vivianzampa@hotmail.com

https://orcid.org/0000-0002-6665-6489

Resumo

Este artigo analisa a vigilância política praticada contra João Goulart durante seu exílio no Uruguai, entre 1964 e 1973, com base em documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações do Exterior (CIEx). O objetivo é compreender como a repressão transnacional articulada pelas ditaduras do Cone Sul contribuiu para a associação de Goulart à ameaça a ordem política, a partir do uso de estratégias sistemáticas de monitoramento. A pesquisa também dialoga com os debates da História do Tempo Presente, ao considerar os desafios ético-políticos enfrentados pela historiografia contemporânea, marcadamente diante do avanço de discursos negacionistas e da instrumentalização da memória nas mídias digitais. A efeméride dos 60 anos do golpe de 1964 é tomada como ponto de inflexão, para refletir sobre as disputas em torno do passado ditatorial e o lugar das figuras silenciadas no debate público. A análise tem como base fontes digitalizadas, produzidas pelos citados Serviço e Centro de informações, acessíveis em plataformas como o Arquivo Nacional. Com apoio teórico em autores como Henry Rousso (2016), François Hartog (2017) e Marieta de Moraes Ferreira (2012), e da abordagem qualitativa e exploratória (Duranti, 1994), o artigo propõe-se a contribuir para a atualização da historiografia sobre as ditaduras latino-americanas, reafirmando o compromisso da história com a democracia representativa, pautada pela proteção dos direitos humanos, liberdade, igualdade e pelo pluralismo (Mouffe, 2012), além da responsabilização política por um passado que ainda reverbera no presente.

Palavras-chave: João Goulart. Exílio. Repressão transnacional. História do Tempo Presente. Cone Sul.

Resumen

Este artículo analiza la vigilancia política ejercida contra João Goulart durante su exilio en Uruguay, entre 1964 y 1973, a partir de documentos producidos por el Servicio Nacional de Informaciones (SNI) y el Centro de Informaciones del Exterior (CIEx). El objetivo es comprender cómo la represión transnacional articulada por las dictaduras del Cono Sur contribuyó a asociar a Goulart con una amenaza al orden político, mediante el uso de estrategias sistemáticas de monitoreo. La investigación también dialoga con los debates de la Historia del Tiempo Presente, al considerar los desafíos ético-políticos enfrentados por la historiografía contemporánea, especialmente ante el avance de discursos negacionistas y la instrumentalización de la memoria en los medios digitales. La efeméride de los 60 años del golpe de 1964 se toma como punto de inflexión para reflexionar sobre las disputas en torno al pasado dictatorial y el lugar de las figuras silenciadas en el debate público. El análisis se basa en fuentes digitalizadas, producidas por los servicios de información mencionados, accesibles a través de plataformas como el Archivo Nacional. Con base teórica en autores como Henry Rousso (2016), François Hartog (2017) y Marieta de Moraes Ferreira (2012), y mediante un enfoque cualitativo y exploratorio (Duranti, 1994), el artículo busca

BY NC SA

contribuir a la actualización de la historiografía sobre las dictaduras latinoamericanas, reafirmando el compromiso de la historia con la democracia representativa, basada en la protección de los derechos humanos, la libertad, la igualdad y el pluralismo (Mouffe, 2012), además de la responsabilidad política por un pasado que aún reverbera en el presente.

Palabras clave: João Goulart; Exilio; Represión transnacional; Historia del Tiempo Presente; Cono Sur.

Abstract

This article analyzes the political surveillance conducted against João Goulart during his exile in Uruguay between 1964 and 1973, based on documents produced by the National Information Service (SNI) and the Foreign Information Center (CIEx). The aim is to understand how the transnational repression coordinated by Southern Cone dictatorships contributed to associating Goulart with a threat to political order through systematic monitoring strategies. The research also engages with debates in the field of History of the Present Time, considering the ethical-political challenges faced by contemporary historiography, especially in the context of the rise of denialist discourses and the instrumentalization of memory in digital media. The 60th anniversary of the 1964 coup is taken as a turning point to reflect on disputes over the dictatorial past and the place of silenced figures in public debate. The analysis is based on digitized sources produced by the aforementioned agencies, available through platforms such as the National Archives. Supported by theoretical contributions from authors such as Henry Rousso (2016), François Hartog (2017), and Marieta de Moraes Ferreira (2012), and using a qualitative and exploratory approach (Duranti, 1994), the article seeks to contribute to the renewal of historiography on Latin American dictatorships, reaffirming history's commitment to representative democracy, grounded in the protection of human rights, freedom, equality, and pluralism (Mouffe, 2012), as well as political accountability for a past that still reverberates in the present.

Keywords: João Goulart; Exile; Transnational repression; History of the Present Time; Southern Cone.

Considerações Iniciais

Este artigo tem a finalidade de analisar o monitoramento político de João Goulart durante o seu exílio no Uruguai, entre 1964 e 1973, a partir dos documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações

BY NC SA

do Exterior (CIEx).[1] O estudo insere-se nos debates da História do Tempo Presente e visa compreender as práticas repressivas transnacionais que marcaram a atuação das ditaduras do Cone Sul no período posterior ao golpe civil-militar[2] no Brasil. A investigação também busca refletir sobre os desafios contemporâneos enfrentados pela historiografia latino-americana diante da emergência de discursos revisionistas e da fragilização das políticas públicas de memória. Com base na análise de documentos digitalizados e disponíveis em acervos públicos, especialmente do Arquivo Nacional[3] o artigo propõe-se a contribuir para o debate sobre as redes de repressão política e das estratégias de apagamento histórico que se atualizam em tempos de crise democrática.

Nesse sentido, a efeméride de 60 anos do golpe reacendeu disputas sobre o papel das instituições civis e militares na consolidação da ditadura, bem como sobre o lugar de figuras como João Goulart no imaginário político nacional. Como observa Mariana Joffily (2018), as comemorações de "datas redondas" associadas a grandes eventos históricos funcionam como gatilhos de memória que ampliam o debate público e historiográfico sobre o passado traumático. Seguindo essa orientação, compreende-se que o exílio de Goulart não apenas retrata os efeitos da violência de Estado para além das fronteiras nacionais, como também revela as tensões entre a história oficial e as memórias silenciadas pela repressão. E que a reconstrução de parte de sua trajetória no exterior sob vigilância revela como a repressão transnacional buscava neutralizar vozes dissidentes e evitar qualquer reorganização política da oposição (Roniger, 2010), ao mesmo tempo que permite, com foco nos dias de hoje, o questionamento da persistente tentativa de reabilitação de regimes

[1] O artigo foi escrito em coautoria, sendo Giovana Soares responsável pela concepção e planejamento da pesquisa, pela seleção e abordagem das fontes, pela discussão historiográfica, pela opção teórica e pela redação do texto. E Vivian Zampa pela orientação da pesquisa, pela condução de parte do debate conceitual e historiográfico, pela redação de alguns parágrafos e pela revisão do artigo.

[2] Utiliza-se o conceito "golpe civil-militar", para destacar que a deposição de Goulart contou com apoio e financiamento de setores civis, não sendo exclusivamente uma imposição militar. Empresários, classe média, religiosos, jornalistas, advogados e políticos participaram ativamente, apoiando a derrubada no regime democrático (Motta, Reis; Ridenti, 2014).

[3] Disponíveis em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1008542; e https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1009434.

autoritários, por meio de narrativas que distorcem os sentidos do passado, negam a sistematicidade da violência estatal cometida sob regimes militares e tentam naturalizar a impunidade. Compartilhadas e difundidas pela extrema direita brasileira e latino-americana (Goldstein, 2019; Giordano; Rodríguez, 2019/2020), tais narrativas lançam um desafio ético e epistemológico significativo para historiadores e historiadoras que se debruçam sobre a História do Tempo Presente, comprometidos(as) com a análise crítica de processos históricos que ainda ressoam em nosso cotidiano.

Diante desse cenário, o avanço do negacionismo histórico, especialmente por meio das mídias digitais, recoloca a historiografia diante de um quadro particularmente complexo. Como apontado por Tatyana Maia (2023), a disseminação de versões fraudulentas sobre o período ditatorial, aliada à desinformação, compromete o acesso à verdade histórica e alimenta a banalização da violência de Estado. O revisionismo contemporâneo opera por meio de estratégias retóricas e tecnológicas, que alternam a negação explícita das ditaduras com a ressignificação positiva de seus legados autoritários (Dahás; Gomes, 2023). Nessa perspectiva, a ampliação do acesso a acervos digitais, como os arquivos da repressão, adquire importância como instrumento técnico de democratização das fontes, bem como ferramenta política de enfrentamento às dinâmicas revisionistas. Como alerta Marieta de Moraes Ferreira (2012), cabe ao historiador contemporâneo assumir um papel crítico e engajado, evitando que as narrativas históricas sejam subjugadas por interesses ideológicos e demandas conjunturais que buscam moldar o passado conforme as conveniências do presente.

Nesse quadro analítico, a História do Tempo Presente, conforme proposta por Henry Rousso (2016), constitui-se como um campo em permanente construção, marcado pela tensão entre a análise crítica e a escuta das memórias vivas. Sua proximidade com os eventos investigados impõe ao historiador o desafio de lidar com a sobreposição entre história e memória, de modo a procurar evitar tanto o distanciamento excessivo, quanto a adesão acrítica ao testemunho. Tomando de empréstimo a noção de Rousso (2016, p. 223), de que as fronteiras do presente nascem de uma "última catástrofe" e de suas sequelas, junto à necessidade de

BY NC SA

enfrentar os traumas que ainda moldam o presente, a repressão transnacional do Cone Sul é compreendida como uma dessas catástrofes, cuja memória permanece em disputa, exigindo que os historiadores construam interpretações capazes de resistir à indiferença e à instrumentalização do passado.

Em diálogo com essa abordagem, François Hartog (2017, p. 29-31), ao desenvolver o conceito de *regimes de historicidade*, identifica no presentismo o principal desafio epistemológico da historiografia atual. Segundo ele, a centralidade do presente como único horizonte temporal tende a eclipsar o passado e tornar o futuro uma ameaça abstrata. Nesse contexto, a história perde seu papel de mediação temporal e cede espaço a memórias fragmentadas e identidades voláteis, muitas vezes apropriadas por discursos políticos que distorcem os sentidos históricos para atender às urgências do agora. A substituição da história pela memória, para o autor, gera o risco de narrativas seletivas que privilegiam algumas lembranças em detrimento de outras, promovendo esquecimentos convenientes e bloqueando a construção de uma consciência histórica crítica. Logo, o historiador precisa interrogar esses usos da memória, questionar suas manipulações e dar visibilidade aos "murmúrios dos anônimos" e aos "silêncios da história" (Hartog, 2017, p. 70).

Considerando os silêncios que entremeiam o monitoramento político de Goulart no exílio, em sua relação com uma "última catástrofe", que ainda traz ecos consideráveis à sociedade brasileira, o artigo tem a finalidade de discutir a lógica repressiva compartilhada entre as ditaduras do Cone Sul e os mecanismos de cooperação entre seus serviços de inteligência, diante do presidente golpeado. Para tanto, mobilizar-se-ão fontes produzidas pelo SNI e pelo CIEx, em diálogo com a historiografia ligada ao tema e a abordagem qualitativa e exploratória. O estudo alinha-se à perspectiva de valorização da democracia representativa assentada na garantia de direitos humanos, no pluralismo político, na liberdade individual, na igualdade de oportunidades (Mouffe, 2012) e na necessidade de responsabilização política por um passado que, como nos lembra Rousso (2016, p. 23), ainda não passou.

CC BY NC SA

1. A "Arquitetura Repressiva" e sua lógica transnacional

A repressão política no Cone Sul durante as décadas de 1960 e 1970 articulou-se por meio de uma complexa arquitetura burocrática, voltada à identificação, vigilância e neutralização de lideranças consideradas ameaçadoras da ordem estabelecida (Joffily, 2014, p. 159). No Brasil, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações do Exterior (CIEx) foram peças-chave desse sistema, operando no controle político interno e externo conforme os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Criado em junho de 1964, logo após o golpe civil-militar, o SNI consolidou-se como o principal órgão de produção e coordenação de informações estratégicas do regime. Influenciado por modelos internacionais e pela Escola Superior de Guerra, incorporou uma lógica tecnocrática e militarizada, voltada ao controle social e à eliminação de opositores (Fico, 2001; Setemy, 2013). Em 1966, o CIEx foi instituído para monitorar exilados políticos no exterior, entre eles Leonel Brizola, Miguel Arraes e, sobretudo, João Goulart. Sua atuação ampliou o alcance repressivo do Estado, projetando o imaginário do "inimigo interno" para além das fronteiras e transformando o exílio em um novo campo de repressão (Dias, 2020, p. 287).

Dentro dessa configuração, o caráter burocrático da ditadura brasileira tornou-se ainda mais evidente. Segundo Fico (2001), o SNI operava por meio da padronização dos relatórios, da hierarquia das informações e da intensa circulação de documentos. Essa racionalidade também guiava o CIEx, que produzia registros contínuos sobre os exilados, em especial, sobre o ex-presidente deposto em 1964. Articulando-se com embaixadas e adidos militares, monitorava redes de oposição e documentava, com frequência, passos como o do ex-presidente no exílio. Esses registros abrangiam deslocamentos, contatos pessoais, alianças políticas e declarações públicas, dentre outros, e eram encaminhados à Presidência da República.

CC BY NC SA

Nesse contexto, a "Catedral das Informações"[4] operacionalizadas pelo SNI e CIEx, consolidou um aparato de alcance continental voltado à repressão de opositores e ao isolamento político de lideranças exiladas.[5] Destaca-se que ainda antes da criação formal da Operação Condor,[6] em 1975, já havia intensa cooperação entre os serviços de inteligência do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia (Padrós, 2004). A troca constante de dados, agentes e métodos era sustentada por objetivos comuns: impedir o reagrupamento das esquerdas no exterior; preservar a coesão ideológica dos regimes; e neutralizar figuras que pudessem representar uma possível ameaça política ao governo militar brasileiro.

Com base nessa articulação, estudos como os de Samantha Quadrat (2005) e Ananda Fernandes (2020) demonstram que o colaboracionismo entre os serviços de informação se mantinha de forma contínua e estratégica, sustentado por canais diplomáticos, estruturas militares e redes especializadas. Esta dinâmica integrava um elo entre Brasília e os regimes vizinhos, viabilizando, por um lado, a vigilância voltada ao isolamento de opositores e, por outro, a transformação do Cone Sul em um espaço integrado de contenção e perseguição, sustentado por uma lógica transnacional de segurança.

A perseguição sistemática a Goulart ilustra com clareza a lógica ditatorial em suas relações com as demais ditaduras sul-americanas. Mesmo fora do território nacional, sua figura – até o momento de sua morte em novembro de 1976 – foi retratada como uma ameaça permanente. Sua trajetória, marcada pela herança do trabalhismo (Ferreira, 2011), bem como pelo pensamento reformista (Dahás, 2021), e, especialmente para os conservadores, pela aproximação com grupos de esquerda

[4] Essa denominação enfatiza a centralidade e a abrangência do SNI e do CIEx na coleta e análise de informações, bem como o seu papel crucial na sustentação do aparato repressivo estatal. Ao empregar essa metáfora, Setemy (2013) ressalta a estrutura complexa e hierárquica que funcionava como um repositório centralizado de dados utilizados para monitorar e controlar atividades consideradas subversivas pela ditadura militar.

[5] Cristiane Dias (2020) afirma que ambos os órgãos de segurança passaram a funcionar nas dependências da representação diplomática brasileira em Montevidéu, Santiago, Buenos Aires, La Paz e Assunção, entre outras capitais de países da América, Europa e do continente africano.

[6] A Operação Condor foi uma rede de cooperação entre os serviços de inteligência das ditaduras militares do Chile, Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, responsável por práticas de sequestro, assassinato e desaparecimento forçado de indivíduos considerados subversivos (Quadrat, 2005, p. 171).

BY NC SA

(Motta, 2000, p. 195) reforçava os argumentos utilizados pelo regime para manter o cerco informacional e impedir sua reabilitação pública. Sob essa dinâmica, a estabilidade passou a ser condicionada a supressão de vozes dissonantes, o que moldou normas jurídicas, discursos institucionais e ações administrativas autoritárias. O exílio, como apontado por Rollemberg (1999) e Roniger (2010), não representava a possibilidade de liberdade, mas sim a continuação da repressão por vias diplomáticas e informacionais.

A construção discursiva da ameaça permitia ao Estado expandir sua capacidade repressiva, ultrapassar fronteiras e consolidar a vigilância como uma prática de governo. Esses mecanismos garantiram a longevidade das ditaduras e deixaram marcas profundas nos países sul-americanos, especialmente nas formas de disputa pelo passado e nas lutas por justiça e reparação. A permanência desse legado no imaginário político contemporâneo demonstra que a transição institucional não bastou para romper com as estruturas herdadas do autoritarismo. O "entulho autoritário", expressão cunhada por Daniel Aarão Reis (2014, p. 69), permaneceu sob novas roupagens, influenciando práticas estatais e discursos públicos, sobretudo em contextos de instabilidade democrática. Nesse sentido, a lógica que associava oposição e subversão reaparece em estratégias de criminalização da dissidência, manipulação da memória coletiva e uso seletivo de informações, reafirmando a permanência de dispositivos autoritários sob a aparência de legalidade (Pereira, 2012).

A partir dessa compreensão, o acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de repressão assume papel central na ruptura do silêncio institucional e no enfrentamento das tentativas de reabilitação de regimes militares. A promulgação da Lei de Acesso à Informação,[7] somente em 2011, permitiu a consulta a arquivos antes mantidos sob sigilo, oferecendo condições concretas para a reconstrução de

[7] Para Joffily (2018, p. 206), a Lei de Acesso à Informação possibilitou acesso a um enorme contingente documental sobre o período ditatorial no Brasil. Ademais, a atuação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) – amplificada por comissões estaduais, municipais e institucionais, viabilizadas pela presidência de ex-integrante de um grupo revolucionário armado de esquerda - Dilma Rousseff – foi fundamental para o trabalho sistemático de identificação documental, de pesquisa e de início de um processo de divulgação científica em torno do período, de modo a revelar as graves violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura civil-militar, bem como a estimular outros estudos.

BY NC SA

trajetórias sufocadas pela censura. No caso de Goulart, tal abertura viabilizou o mapeamento das estratégias repressivas transnacionais e o exame do discurso estatal que sustentou sua perseguição, de modo a constatar que os registros não se limitaram a função informativa ou especulativa, mas como ferramentas de memória, de denúncia e de responsabilização política.

Seguindo esta orientação, conhecer o funcionamento dos arquivos da repressão contribui para a compreensão de instrumentos históricos de controle e de eliminação de opositores, além dos subsídios para desmentir discursos negacionistas que relativizam a violência institucional. A análise do monitoramento do ex-presidente possibilita a captação da racionalidade que sustentou o autoritarismo no Cone Sul e a reflexão sobre sua permanência no presente. Partindo desse entendimento procurar-se-á problematizar como se estruturavam os mecanismos repressivos e as leituras político-discursivas construídas pelos serviços de informação sobre Goulart e suas ações.

2. A construção discursiva do inimigo

Com o objetivo de analisar como os serviços de informação moldaram a imagem de João Goulart durante seu exílio, este estudo investiga os sentidos atribuídos à sua figura nos documentos oficiais produzidos pelo aparato repressivo brasileiro. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, fundamentando-se na tipologia documental proposta por Luciana Duranti (1994), que entende os documentos como artefatos institucionais com forma, função e contexto definidos, além de orientados por objetivos políticos e administrativos. Essa abordagem permite interpretar os relatórios do SNI e do CIEx como manifestações de uma lógica autoritária, nas quais a vigilância se articula à produção de narrativas de deslegitimação.

Para a abordagem das fontes, foram realizadas buscas direcionadas por expressões como: “asilado político”, “marginado”, “Frente Ampla”, “retorno de Goulart”, “viagens de João Goulart”, “regresso de Jango”, além dos nomes dos

BY NC SA

países "Uruguai", "Brasil" e "Argentina". Ademais, utilizou-se a ferramenta de pesquisa avançada e multinível para examinar os arquivos em formato PDF (*Portable Document Format*) disponibilizados pelo Arquivo Nacional, o que possibilitou a identificação de palavras-chave e a seleção de documentos centrados na conjuntura política desses países. Esse procedimento também permitiu mapear os padrões de monitoramento adotados pelo SNI e pelo CIEx, contribuindo para a compreensão de seu *modus operandi* no acompanhamento sistemático de João Goulart durante o exílio.

Entre 1964 e 1973, a ditadura militar brasileira acumulou um volume significativo de informações sobre Goulart, estendendo o controle à sua família, funcionários e aliados. Diante da extensão do material e das limitações impostas pelo formato do artigo, o recorte concentra-se em três fases distintas da vigilância, nas quais se tornam mais evidentes as estratégias de enquadramento político e os mecanismos de criminalização empregados pelos órgãos de informação, são elas: os momentos iniciais do exílio; a criação da Frente Ampla; e o período de endurecimento político no Uruguai, que levou ao golpe em setembro de 1973.

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou uma nova fase de repressão sistemática no Brasil por meio da consolidação de um regime autoritário que mobilizou amplos recursos para monitorar, censurar, neutralizar e deslegitimar seus opositores (Fico, 2001). João Goulart inicialmente exilou-se no Uruguai em 4 de abril daquele mesmo ano (Ferreira, 2011). No entanto, o afastamento físico do território brasileiro não significou a interrupção da vigilância, pelo contrário, como destacam Rollemberg (1999), Marques (2006) e Dahás (2021), considerando que se tornou o alvo prioritário do aparato repressivo desde os momentos iniciais fora da sua pátria.

O SNI passou a centralizar o controle da vigilância sobre João Goulart desde meados de 1964, de modo a ampliar a coleta sistemática de dados sobre seus deslocamentos, interlocutores e possíveis articulações políticas. Para isso, mobilizou um conjunto de estratégias repressivas, que incluíam, dentre outros, a interceptação de correspondências, a apreensão de materiais, a infiltração de agentes e a colaboração direta com setores diplomáticos e militares brasileiros atuantes no exterior (Fernandes, 2020). Nesse contexto, destaca-se o Informe nº 22/QGk (Brasil,

BY NC SA

1964), elaborado pelo SNI em 1º de julho de 1964, intitulado "Atividades suspeitas de políticos no Exterior".[8] O documento, classificado com o grau de confiabilidade "B-2",[9] revela a preocupação do regime com uma suposta articulação entre João Goulart, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros que, segundo seus produtores, planejavam formar um "governo no exílio" no México.

A proposta, segundo o informe, visava "o lançamento de um candidato único para as eleições presidenciais de 1965, com o objetivo de utilizar as vias democráticas para retomar o poder" (Brasil, 1964). A formulação do documento não apenas reforça a construção discursiva de Goulart como ameaça persistente à ordem, mas também indica o receio do regime frente à rearticulação de lideranças civis depostas. A preocupação com a legitimidade e a popularidade de Goulart aparece, nesse momento, como elemento-chave da repressão discursiva operada preventivamente. Além disso, o informe mencionado anteriormente demonstra um olhar atento ao cenário social brasileiro, ao sinalizar, por exemplo, que o aumento do custo de vida e as medidas do governo Castelo Branco eram acompanhados com preocupação por seus próprios órgãos de inteligência (Brasil, 1964).

De igual modo, o temor de que Goulart e seus aliados utilizassem o crescente descontentamento popular como plataforma para retomada política transparece nos registros analisados. Em torno deste debate, Samantha Quadrat (2005) e Fernandes (2020) salientam que uma das quatro frentes centrais da atuação repressiva no exterior dizia respeito à possibilidade de retorno dos exilados, vista como ameaça à estabilidade do novo regime. A vigilância, portanto, não se limitava à coleta de dados, mas constituía parte de uma estratégia de silenciamento e desmobilização pública,

[8] O informe encontra-se sob a referência DF AN BSB, VAZ, 18682 e está disponível para consulta digital pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp.

[9] Conforme explica Carlos Fico (2001, p. 95), os órgãos de informação do regime militar operavam com base em uma rotina normatizada de registro e classificação dos informes. Após o recolhimento da informação, cabia ao agente avaliá-la segundo dois critérios: a confiabilidade da fonte (variando de A – fonte totalmente confiável – até F – fonte desconhecida ou duvidosa) e a veracidade do conteúdo (em uma escala de 1 – plenamente confirmado – a 6 – improvável ou contraditório). Assim, a sigla B-2 indicava uma fonte razoavelmente confiável e um conteúdo provavelmente verdadeiro, embora não comprovado, o que reflete o rigor técnico-burocrático da repressão sustentada pela Doutrina de Segurança Nacional.

BY NC SA

que buscava isolar Goulart da cena política latino-americana e inibir qualquer tentativa de reorganização das esquerdas.

Logo, a natureza dos documentos produzidos pelos órgãos de informação durante a ditadura ultrapassava o simples registro de fatos. Muitos relatórios apresentavam descrições minuciosas baseadas em impressões subjetivas do informante, conjecturas e dados não verificados. Essa característica especulativa servia a um propósito político: transformar indícios frágeis em informações oficiais, ampliando o escopo do controle repressivo e alimentando a percepção de ameaça constante (Fico, 2001, p. 101-103). O Informe Confidencial de 23 de abril de 1965 (Brasil, 1965), classificado como "C-3"[10] e intitulado "Possível estada de Jango em São Paulo"[11], é um exemplo expressivo dessa lógica. Nele, o agente relata o suposto avistamento de João Goulart mesmo sem qualquer confirmação visual:

> Sem confirmação, foi visto hoje às 7:00 horas da manhã saindo do edifício onde mora Filadelfo Machado, ex-secretário do Sr. João Goulart, na rua Basílio da Gama, um indivíduo usando capote de gola alta, chapéu de abas abaixadas, cabeça baixa, que puxava de uma das pernas, tendo todos os traços do Jango Goulart. O referido indivíduo entrou em um carro preto marca Mercedes, que rapidamente saiu dos fundos da rua Basílio da Gama, onde estava estacionado, e partiu imediatamente ao apanhar seu passageiro, não sendo possível anotar o número de sua chapa. O informante acredita tratar-se do Jango Goulart e deverá fornecer mais dados, caso consiga mais detalhes (Brasil, 1965).

Mesmo diante da incerteza, o episódio foi formalizado em um relatório, o que revela uma concepção de vigilância sustentada mais na antecipação do risco do que na comprovação dos fatos. A esse respeito, Fico (2001, p. 103-104) destaca que:

> Algumas técnicas não serviam apenas para incriminar inocentes. "Alimentar" permanentemente o sistema de informações com novos dados sobre velhos casos era uma forma de evidenciar a necessidade dos órgãos de informações, que assim mostravam-se atentos à evolução dos problemas. Longos e intermináveis processos eram constituídos, com o acúmulo de sucessivos anexos

[10] Um informe classificado como C-3 indica que a informação foi fornecida por uma fonte de confiabilidade duvidosa ou pouco testada cujo conteúdo é considerado com baixa confirmação e exige cautela em sua utilização.

[11] Este informe foi produzido pelo SNI e está disponível sob a referência DF AN, BSB, VAZ, 14497, no SIAN.

BY NC SA

> ou novos inquéritos. Com isso, os envolvidos eram lançados num clima permanente de incerteza e tinham a impressão de uma vigilância constante.

A criação de uma atmosfera de instabilidade, baseada em relatos vagos, reforçava a tentativa do regime de associar Goulart à imagem de ameaça contínua. Como observam Teresa Marques (2006), Adrianna Setemy (2013) e Ananda Fernandes (2020), a atuação de uma extensa rede de informantes fazia parte de um esquema de controle, que se estendia a múltiplos territórios, atravessando fronteiras geográficas e epistemológicas. Assim, se o Informe de julho de 1964 se limitou a apresentar as articulações políticas de Goulart no exterior, o de 1965 mostrou que nem mesmo o espaço interno estava livre de suspeitas, ainda que infundadas. Ambos os documentos (Brasil, 1964; 1965) expressam uma repressão que operava menos por evidências e mais pela fabricação de narrativas, diante da recorrente produção de relatórios com mecanismos de sustentação, ancorados na ordem autoritária.

Conforme defendido por Rollemberg (1999), o ano de 1965 marcou o início de uma nova etapa na trajetória do exílio de João Goulart. A radicalização do regime militar brasileiro, com a cassação de mandatos e a extinção dos partidos políticos, impulsionou articulações no campo democrático que culminariam na formação da Frente Ampla, em 1966. Composta por setores da oposição moderada e lideranças históricas como Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, a Frente pretendia constituir uma alternativa legalista de oposição à ditadura (Ferreira, 2011; Delgado, 2013). Esta aliança política, por sua vez, despertou imediata preocupação nos serviços de informação, que passaram a intensificar o monitoramento das ações e discursos de seus integrantes. O nome de Goulart – conforme analisa Costa (2006) – voltou a destacar-se com frequência nos informes a partir deste momento, sendo constantemente associado à tentativa de unificação das esquerdas e ao suposto risco de rearticulação do trabalhismo no exterior.

Dentro desta dinâmica, os informes produzidos entre 1966 e 1968 alinham-se ao crescimento da vigilância, especialmente após a adesão do ex-presidente à Frente Ampla. Sua atuação política diante dessa conjuntura foi interpretada como tentativa de mobilização de setores descontentes com o regime. Nesta articulação,

BY NC SA

os documentos, muitas vezes imprecisos e especulativos, recorriam a indícios frágeis para sustentar a narrativa de que Goulart seguia conspirando contra a ordem institucional. Ademais, a linguagem empregada tornava indistinta a fronteira entre atividade política legítima e ameaça subversiva. Um informe de abril de 1968, nomeado "Elaboração de documento sobre a Frente Ampla" (Brasil, 1968a), ajusta-se a essa perspectiva, ao relatar o suposto envolvimento de Goulart na elaboração de um apelo direcionado ao Exército brasileiro:

> O jornalista do Correio da Manhã recebeu a incumbência de elaborar um documento onde João Goulart lança um apelo no sentido de conclamar o Exército brasileiro a correr fileiras em torno da Frente Ampla e apoiar Carlos Lacerda, comparecendo em massa aos seus comícios (Brasil, 1968a).

Esse fragmento mostra como a repressão se estendia ao campo simbólico, ao converter qualquer articulação pública em prova de subversão. O simples fato de Goulart ser associado a um apelo ao Exército já bastava para reativar o alarme da vigilância. A presença de Carlos Lacerda – antigo opositor de Goulart – ao lado do ex-presidente não foi lida como sinal de reconciliação política, mas como indício de ampliação da ameaça. Em função desses encontros, o próprio Lacerda passou a ser monitorado de forma constante pelos serviços de informação, o que demonstra que a repressão não distinguia alianças à direita ou à esquerda, quando se tratava de figuras com capacidade de mobilização. O tratamento dado à mencionada aliança política não visava compreender o seu conteúdo programático, mas neutralizar possíveis potenciais de contestação ao regime.

Adicionalmente, observa-se que a tentativa de enfraquecer politicamente a Frente Ampla também passava pela construção de uma imagem de desgaste e impotência atribuída à figura de Goulart. O Informe nº 105, de 29 de abril de 1968 (Brasil, 1968b), elaborado pelo Centro de Informações do Exterior, exemplifica tal problemática. Intitulado "Situação de João Goulart e demais asilados na ROU"[12], o documento apresenta um diagnóstico nitidamente especulativo sobre a saúde física e emocional do ex-presidente, descrevendo-o como "bastante combalido",

[12] Documento disponível no SIAN, Fundo VAZ, código de referência: DF AN BSB 09779.

CC BY NC SA

"introspectivo" e supostamente tomado por um "estado de espírito muito ruim". Apesar de não conter dados objetivos, o informe é tratado como uma avaliação oficial, difundida a diversos órgãos de informação, inclusive ao SNI.

Essa operação discursiva, carregada de características pejorativas a Goulart, tinha como objetivo desqualificá-lo por meio da fragilização de sua imagem, somada à ideia de que sua influência havia se esvaziado e de que sua presença no exílio não representava mais perigo. Ao reforçar a retórica da decadência e da derrota, os serviços de inteligência consolidavam a estratégia de isolamento político, substituindo o temor da mobilização por uma narrativa construída em torno da irrelevância. Mas, se Goulart já não oferecia riscos concretos ao governo brasileiro, por que continuou a ser monitorado até os seus últimos dias de vida?

A chegada de Jorge Pacheco Areco à presidência do Uruguai, em 1967, inaugurou uma fase de endurecimento gradual do regime político do país que então abrigara Jango. Dias (2020) afirma que ainda que o Uruguai mantivesse formalmente um sistema democrático, medidas repressivas começaram a ser adotadas como resposta à mobilização social e à oposição política. Nesse sentido, o governo intensificou a censura, promoveu prisões arbitrárias e tolerou ações clandestinas de grupos de extrema direita. Segundo Ananda Fernandes (2009), tais organizações recebiam apoio velado do Estado e operavam com métodos de perseguição, tortura e assassinato de opositores, inclusive com auxílio técnico de militares brasileiros. Esse ambiente repressivo, descrito por Padrós (2004), culminaria no golpe de 1973, que marcou o fim das liberdades civis e o início de uma ditadura formalizada, muitas vezes classificada como um "golpe em câmera lenta" ou uma "ditadura constitucional" (Fernandes, 2020).

Em meio a essa configuração, Padrós (2013) destaca que a ditadura brasileira chegou a articular a *Operação Trinta Horas,* plano militar de invasão a Montevidéu, caso a esquerda vencesse as eleições. Se o plano não foi à frente com essa concepção, diante do progressivo aprofundamento do autoritarismo uruguaio, sob o governo de Juan María Bordaberry, a cooperação repressiva com o Brasil ganhou maiores contornos. Como aponta Teresa Marques (2006), a colaboração entre os regimes incluía o intercâmbio de informações, treinamentos e até a negação de

BY NC SA

pedidos de asilo a brasileiros perseguidos, em um processo no qual a vigilância transnacional se intensificou principalmente sobre figuras políticas como João Goulart (Ferreira, 2011).

Nesse contexto, o Informe Confidencial do SNI, intitulado "Estadia de Jango Goulart no Paraguai"[13] (Brasil, 1970), produzido em dezembro de 1970, detalha uma viagem do ex-presidente a Assunção, seus contatos com empresários e diplomatas, além da concessão de um passaporte especial autorizado por Alfredo Stroessner. A documentação atribui especial importância às conexões políticas e econômicas de Goulart, tratadas como possíveis ameaças à estabilidade dos regimes autoritários do Cone Sul. O envolvimento de Goulart em negociações pecuárias e sua presença nos círculos diplomáticos revelam que, mesmo afastado do cenário institucional, ele mantinha capacidade de articulação.

A constante movimentação de Goulart e as garantias políticas obtidas em outros países como o Paraguai (Brasil, 1970) contrastavam com as crescentes restrições impostas a ele. Com a instauração da ditadura no Uruguai, essa vigilância tornou-se ainda mais rigorosa. Espiões infiltravam-se em suas propriedades, monitorando atividades e relações pessoais, junto a ações como o frequente extravio de passos que evidenciam práticas como o controle das correspondências por parte dos serviços de inteligência. A repressão sobre a família do ex-presidente se intensificou a partir de 1973, quando seu filho João Vicente Goulart, de 16 anos, foi detido por três dias e Maria Thereza, sua esposa, foi presa de forma arbitrária ao transportar carne durante um período de racionamento imposto pelo governo uruguaio (Ferreira, 2011, p. 627). Tais episódios, marcados por um atento e direcionado regime de vigilância, expõem a hostilidade do regime diante dos familiares de exilados políticos.

O referido ambiente, marcado pelo crescimento da insegurança, contribuiu para que Goulart aceitasse o convite de Juan Domingo Perón de transferir-se para a Argentina. A mudança ocorreu em dezembro de 1973 e os órgãos de inteligência registraram detalhadamente esse deslocamento. O Informe do SNI "Presença na

[13] Informe localizado no Fundo V8, disponibilizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), cuja referência é DF AN BSB V8 MICGNC AAA 71027012.

BY NC SA

Argentina de João Goulart"[14] (Brasil, 1973a), datado de 23 de dezembro, narra com minúcia o percurso, os encontros diplomáticos e as negociações para aquisição de propriedades rurais no novo país que o abrigara. O documento também registra sua recusa em receber militantes brasileiros, provavelmente para evitar desgastes com o governo Perón. Paralelamente, o CIEx produziu um outro relatório intitulado "João Goulart, Ex-Presidente do Brasil"[15] (Brasil, 1973b), descrevendo sua anterior estadia na França, tratamentos médicos, trajetória política e relevância social, como herdeiro do nacionalismo varguista:

> O ex-Presidente João Goulart, que se encontra na França desde já aproximadamente dois meses para uma revisão médica em um Instituto de Cardiologia de Lyon, viajou dia 12 para Caracas, desde onde se dirigirá, depois de uma breve escala, para Montevidéu, local de sua residência habitual desde há quase dez anos. Considerado como herdeiro espiritual do líder nacionalista-populista Getúlio Vargas, o qual suicidou-se no exercício da presidência em 24-08-1954, Goulart tomou posse na primeira magistratura do Brasil em 28-08 de 1961. Poucos dias antes, o presidente constitucional Jânio Quadros, o qual assumira o mandato seis meses antes, renunciou ao seu cargo e publicou um texto no qual se referia "às forças obscuras que impedem minha ação". Vice-presidente do Brasil, João Goulart encontrava-se no exterior ao desencadear-se a crise (Brasil, 1973b).

O informe supracitado revela como a vigilância estatal sobre Goulart extrapolava os aspectos políticos imediatos, passando a abranger sua saúde, seus deslocamentos internacionais e até sua biografia. Ao descrevê-lo como "herdeiro espiritual de Getúlio Vargas" e reconstituir os eventos que o levaram à presidência, o documento mobiliza uma narrativa que reforça sua importância simbólica, ao mesmo tempo que justifica a continuidade do monitoramento. A ênfase na sua estadia na França para tratamento médico e na breve passagem por Caracas, antes de retornar a Montevidéu, confirma o interesse dos órgãos de inteligência em acompanhar cada etapa de sua movimentação. Esse tipo de informe, ao misturar dados pessoais, históricos e políticos, demonstra o esforço do regime em manter sob controle não

[14] Informe localizado no Fundo V8, disponibilizado no SIAN, cuja referência é DF AN BSB V8 74066253.
[15] Informe elaborado pelo CIEx, dezembro de 1973. Documento disponível no SIAN, código de referência: DF AN BSB VAZ 08146 d0001.

BY NC SA

apenas Goulart como indivíduo, mas o que ele representava enquanto memória política viva e ameaça potencial à ordem autoritária estabelecida após 1964.

A análise dos documentos dessa fase confirma o aprofundamento do cerco repressivo e o alcance das estratégias transnacionais de controle. O exílio de Goulart transformou-se, portanto, em uma experiência de constante monitoramento, em que a condição de deslocado longe de protegê-lo, o submetia a novas formas de perseguição. O uso dos informes como instrumentos de legitimação da repressão, ao mesmo tempo em que revela preocupação com seu potencial político, demonstra que Goulart jamais deixou de ser percebido como uma ameaça. Mesmo diante de sua progressiva retirada da cena pública, o aparato de inteligência seguia mobilizado para impedir qualquer possibilidade de reorganização em torno de seu nome.

A investigação das três fases da vigilância a João Goulart - desde sua chegada ao exílio no Uruguai, passando pela atuação na Frente Ampla e pelo recrudescimento autoritário naquele país, até sua transferência para a Argentina - permite compreender a lógica processual do acompanhamento estatal, explicitando sua continuidade e crescente sofisticação. Tal recorte cronológico reafirma a articulação entre a ditadura militar brasileira e outras ditaduras do Cone Sul, já apontada pela historiografia (Dahás, 2021; Marques, 2006), bem como demonstra como essa articulação se materializava no cotidiano burocrático dos órgãos de informação. Ao examinar essa sequência documental produzida pelo SNI e CIEx, a presente pesquisa sustenta que o monitoramento foi orientado por critérios eminentemente políticos, estendendo-se à família, aos aliados e à rede de sociabilidade do ex-presidente, com o propósito de neutralizar preventivamente qualquer possibilidade de reorganização oposicionista.

Além disso, a análise qualitativa dos relatórios e informes revela que tais registros combinavam descrições factuais com conjecturas, suposições e avaliações subjetivas, o que indica que não se tratava apenas de coleta de dados, mas de elaboração interpretativa. Nesse sentido, a contribuição da pesquisa reside em evidenciar como a própria produção documental operava como instrumento de construção política, consolidando representações sobre Goulart enquanto ameaça permanente. Ao deslocar o foco da mera constatação da vigilância para a

BY NC SA

compreensão de seus procedimentos internos e de sua dimensão narrativa, o estudo amplia o debate acerca da formação do "inimigo" no interior das estruturas estatais de informação e de seus efeitos na legitimação das práticas repressivas.

Assim, é possível inferir que os órgãos de inteligência buscavam informações, bem como produzir narrativas, destinadas a reforçar a percepção de ameaça e do "inimigo interno a ser combatido" (Fernandes, 2020). A construção de Goulart como figura permanentemente suspeita servia de fundamento para o prolongamento da vigilância e para a legitimação das práticas repressivas. Além disso, a cooperação entre os serviços brasileiros e estrangeiros comprova que, antes mesmo da formalização da Operação Condor, já havia uma estrutura repressiva transnacional em operação (Dias, 2020; Quadrat, 2005). Desse modo, a experiência exílica de Jango não significou distanciamento do cenário político, mas a continuidade da perseguição por meio de um aparato de controle que ultrapassava fronteiras e operava dentro de uma lógica autoritária regional consolidada.

Essa dimensão aproxima-se do argumento principal que procuramos constatar, de que a vigilância a Jango fez parte de uma engrenagem estruturante da repressão transnacional no Cone Sul, operada, por um lado, como mecanismo de controle de um ex-presidente que, individualmente ou em meio as suas redes, se apresentava como um risco à ditadura no Brasil e a de outros países sul-americanos. E, por outro, como um dispositivo produtor de narrativas, que procuraram dar legitimidade ao autoritarismo então praticado por esses mesmos grupos, em suas articulações operacionais, diplomáticas e informacionais.

Considerações finais

As análises empreendidas ao longo deste artigo demonstram que a vigilância a João Goulart constituiu uma das expressões mais duradouras e estruturadas do aparato repressivo instalado com o golpe civil-militar de 1964. Mesmo após a sua deposição e saída do país, o ex-presidente permaneceu sob constante monitoramento por parte dos órgãos de inteligência brasileiros, como o SNI e o CIEx, em conexão com países sul-americanos, também sob regimes autoritários. A

BY NC SA

documentação aqui investigada revela que tal vigilância se intensificava quando sua atuação política adquiria potencial de reorganização das oposições ou de articulação internacional com as esquerdas. Suas movimentações, contatos pessoais, negociações econômicas e até aspectos de sua saúde eram registrados em informes e relatórios oficiais, que oscilavam entre descrições excessivas e conjecturas. A persistência da espionagem até os últimos anos de sua vida indica que, para o regime, Goulart continuava a representar uma ameaça à ordem autoritária, não por ações concretas, mas por sua trajetória, sua legitimidade política e sua capacidade de mobilização de grupos políticos mesmo estando exilado.

A abordagem de sua trajetória no exílio oferece um campo fecundo para a historiografia contemporânea, não apenas por seu papel central na política brasileira do século XX, mas pelas formas como sua figura foi combatida e silenciada ao longo do tempo.[16] De tal modo, longe de ser apenas um líder deposto, Goulart passou a encarnar, para os militares, o risco da retomada de um projeto político baseado na soberania nacional, nos direitos sociais e na legalidade democrática. A análise de sua vigilância permite compreender como o regime buscou deslegitimá-lo de maneira sistemática, ao mesmo tempo em que reafirma a relevância de se estudar as práticas de repressão para além das fronteiras nacionais. Ao investigar a continuidade da perseguição mesmo após sua saída do Brasil, ilumina-se um dos aspectos mais significativos da repressão transnacional no Cone Sul: o entendimento da lógica autoritária que se consolidou na região ao longo da década de 1970.

A documentação consultada permite compreender que o temor de um possível retorno de João Goulart ao Brasil foi uma constante ao longo de seu exílio. Mais do que um líder afastado do cenário institucional, ele era percebido como uma figura capaz de catalisar setores de oposição à ditadura, especialmente aqueles que identificavam em sua trajetória um projeto político voltado à soberania nacional e à ampliação de direitos sociais. Informes que mencionavam sua suposta presença em

[16] Com exceção da biografia escrita por Jorge Ferreira (2011) e do artigo de Nashla Dahás (2021), que analisam as imagens construídas sobre João Goulart em exílio, a historiografia ainda carece de estudos específicos voltados à análise sistemática do monitoramento exercido contra o ex-presidente durante sua estadia no Uruguai. Observa-se, por outro lado, a existência de dissertações e teses voltadas ao estudo do exílio de outras figuras políticas, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Cf. Cruz (2016) e Leite (2015).

BY NC SA

território brasileiro, mesmo sem comprovação, demonstram a inquietação do regime diante da mera possibilidade de seu regresso. Esse receio se intensificava diante da memória de sua popularidade junto às classes trabalhadoras e de sua vinculação histórica ao legado de Getúlio Vargas, o que poderia reacender debates públicos sobre distribuição de renda, reforma agrária e controle estatal da economia. Assim, o monitoramento contínuo de suas atividades visava não apenas impedir ações práticas de reorganização política, mas conter qualquer tentativa de reabilitação de sua imagem.

Por outro lado, a análise dos informes revela que a articulação repressiva entre os regimes autoritários da América do Sul estava em operação antes mesmo da formalização da Operação Condor em 1975. A circulação de informações sobre Goulart entre os serviços de inteligência, a cooperação diplomática entre embaixadas e o controle de fronteiras ilustram uma dinâmica já consolidada de colaboração repressiva. Neste caso, uma atuação coordenada entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, que, por meio da vigilância de exilados e do compartilhamento de dados estratégicos, revela um sistema regional de controle político que se antecipava à estrutura formal da Condor. O caso de Goulart, nesse sentido, torna-se exemplar para compreender como essas práticas se enraizaram gradualmente no Cone Sul, configurando uma política de perseguição transnacional, sustentada por alianças ideológicas e operacionais entre regimes militares.

A possibilidade de acesso aos arquivos da repressão é condição fundamental para a produção de uma historiografia crítica e comprometida com os princípios democráticos. Os documentos produzidos por órgãos como o SNI e o CIEx nos permitem reconstruir trajetórias individuais, como a de João Goulart, e entender as engrenagens institucionais da vigilância, da perseguição política e da construção de narrativas que sustentaram o autoritarismo. O caráter fragmentário, especulativo ou excessivamente descritivo de muitos desses informes exige do historiador um esforço metodológico rigoroso capaz de contextualizar as fontes e interrogá-las em sua intencionalidade. Nesse sentido, a Lei de Acesso à Informação[17] e a digitalização

[17] Aprovada em 2011, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) regulamenta o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou custodiadas pelo Estado brasileiro. Ao estabelecer mecanismos de transparência ativa e passiva, a LAI representa um marco na consolidação de uma

BY NC SA

de acervos públicos representaram avanços decisivos para a ampliação do campo documental, tornando visíveis práticas de controle antes relegadas ao segredo de Estado. Valorizar essas fontes é, portanto, reafirmar o direito à memória, à verdade e à justiça.

À luz do debate historiográfico mobilizado e da análise documental desenvolvida neste artigo, o exame das três fases da vigilância a João Goulart permitiu demonstrar a continuidade do monitoramento e aprofundar a compreensão dos procedimentos internos de produção, classificação e interpretação das informações no interior dos órgãos de inteligência. Para tanto, a pesquisa ancorou-se na tipologia documental proposta por Luciana Duranti (1994), considerando relatórios e informes como atos documentais dotados de forma, intencionalidade discursiva, função e contexto específicos, e não meros suportes informativos. A distinção entre comunicações internas, registros de encaminhamento e documentos de consolidação analítica possibilitou mapear hierarquias decisórias e formas de circulação que sustentavam a engrenagem repressiva. Esse enquadramento metodológico favoreceu a leitura da documentação em sua materialidade administrativa, permitindo identificar marcas de autoria institucional, destinatários estratégicos e finalidades políticas implicadas na produção dos registros.

Sob essa chave interpretativa, o diálogo com a História do Tempo Presente - conforme formulada por François Hartog (2017), Henry Rousso (2016) e Marieta de Moraes Ferreira (2012) - fundamenta a postura crítica adotada diante de um acervo produzido em contexto ainda sensível e politicamente tensionado. A permanência de discursos públicos que relativizam ou enaltecem o regime militar brasileiro[18] confirma a atualidade dessas disputas em torno do passado e reforça a responsabilidade social

cultura institucional voltada à *accountability* e ao controle democrático. Para o campo da História, especialmente da História do Tempo Presente, a lei amplia o acesso a fontes documentais antes restritas, o que possibilita novas investigações sobre práticas de poder, memória oficial e repressão estatal.

[18] A persistência de discursos que relativizam ou enaltecem o regime militar brasileiro ilustra a atualidade dos debates da História do Tempo Presente. Em 15 de maio de 2025, Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, declarou que a ditadura é "reconhecida como a melhor época do Brasil pelos mais velhos", desconsiderando as violações sistemáticas de direitos humanos promovidas pelo Estado. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/15/jair-renan-diz-que-ditadura-militar-e-reconhecida-como-a-melhor-epoca-do-brasil-por-mais-velhos.ghtml. Acesso em 15 de fev. 2026.

CC BY NC SA

e ética do historiador na análise rigorosa das fontes estatais. A problematização das condições de produção, das lacunas e das estratégias narrativas presentes nos registros do SNI e do CIEx possibilita a compreensão das racionalidades que estruturaram a construção burocrática da ameaça atribuída ao ex-presidente. A investigação da vigilância a Goulart assume, portanto, a forma de análise do funcionamento interno do aparato informacional do regime, demonstrando como a escrita administrativa figurou enquanto instrumento de legitimação política e de consolidação da figura do "inimigo" no interior do Estado autoritário.

Referências

Fontes

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Atividades suspeitas de políticos no exterior*. Brasília, DF: Documento confidencial (DF AN BSB, VAZ, 18682), 1 jul. 1964.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Possível estada de Jango em São Paulo*. Brasília, DF: Documento confidencial (DF AN BSB, VAZ, 14497), 23 abr. 1965.

BRASIL. Centro de Informações do Exterior. *Elaboração de documento sobre a Frente Ampla*. Brasília, DF: Documento confidencial (DF AN BSB, VAZ, 26377), abr. 1968a.

BRASIL. Centro de Informações do Exterior. *Situação de João Goulart e demais asilados na ROU*. Brasília, DF: Documento confidencial (DF AN BSB, VAZ, 09779), 29 abr. 1968b.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Estadia de Jango Goulart no Paraguai*. Brasília, DF: Documento confidencial (Fundo V8, DF AN BSB V8 MICGNC AAA 71027012), dez. 1970.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Presença na Argentina de João Goulart*. Brasília, DF: Documento confidencial (Fundo V8, DF AN BSB V8 74066253), 23 dez. 1973a.

BRASIL. Centro de Informações do Exterior. *João Goulart, Ex-Presidente do Brasil*. Brasília, DF: Documento confidencial (DF AN BSB, VAZ, 08146 d0001), dez. 1973b.

Bibliografia

BOLSONARO veta nome de João Goulart em trecho de rodovia. *Câmara dos Deputados*, [*s. l.*], 14 out. 2021. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/noticias/816396-BOLSONARO-VETA-NOME-DE-JOAO-GOULART-EM-TRECHO-DE-RODOVIA. Acesso em: 16 mai. 2025.

COMO deputado, Bolsonaro celebrou golpe militar de 1964 dentro e fora do Congresso. *Blog do Acervo*, [*s. l.*], 31 mar. 2019. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/como-deputado-bolsonaro-celebrou-golpe-militar-de-1964-dentro-e-fora-do-congresso.html?utm_source. Acesso em: 16 mai. 2025

COSTA, Célia Maria Leite. A Frente Ampla de oposição ao regime militar. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart, entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 177-191.

CRUZ, Fábio Lucas da. *Brasileiros no exílio*: Argel como local estratégico para a militância política (1965–1979). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DAHÁS, Nashla. João Goulart e as imagens de um personagem em exílio. *In*: SAMIS, Alexandre; GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Sanções e coações políticas no Brasil*: degredos, desterros, exílios e deportações. Londrina: Thoth Editora, 2021. p. 235-256.

DAHÁS, Nashla; GOMES, Paulo César. Reação ou transformação? Impressões sobre o estado atual da história (pública) contra os negacionismos. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al*. *História*: usos do passado, ética e negacionismos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 178-189.

DELGADO, Marcio de Paiva de. A *Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A ditadura civil-militar brasileira e a repressão além-fronteiras. *Projeto História*, São Paulo, v. 68, p. 286-318, mai./ago. 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/46788/pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164. Acesso em: 16 mai. 2025.

FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor*: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). São Leopoldo: Oikos, 2020.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira*: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart*: uma biografia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BY NC SA

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. *In*: VARELLA, Flávia *et al*. (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 101-124.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIORDANO, Verónica & RODRÍGUEZ, Gina Paola. Luchas memoriales y estrategias de poder de las derechas en América Latina hoy. *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador*, Cuenca, n. 31, p. 19-36, sep. 2019-feb. 2020.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. *Bolsonaro.* La democracia de Brasil en peligro. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2019.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

JAIR Renan diz que ditadura militar é reconhecida como 'a melhor época do Brasil' por 'mais velhos', *O Globo*, [*s. l.*], 15 mai. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/15/jair-renan-diz-que-ditadura-militar-e-reconhecida-como-a-melhor-epoca-do-brasil-por-mais-velhos.ghtml. Acesso em: 16 mai. 2025.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A Ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964–1977)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-87752023000300012. Acesso em: 15 mai. 2025.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição*: os exilados brasileiros no Uruguai (1964–1967). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*: el peligro del consenso en la política contemporánea. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2012.

CC BY NC SA

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): Terror de Estado e Segurança Nacional. *In*: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra; SIMÕES, Sálvia. A DITADURA BRASILEIRA E O GOLPE DE ESTADO CHILENO. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [*s. l.*], v. 10, n. 16, p. 229-255, 2013. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/284. Acesso em: 16 mai. 2025.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão*: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras*: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *A Ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das Fronteiras*: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOARES, Giovana Mylena Silva. *Vigilância e repressão: o monitoramento político de João Goulart no Uruguai (1964-1973)*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Recebido em: 29/05/2025.

Aprovado em: 16/03/2026.

BY NC SA